



**ACÓRDÃO Nº381/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11330/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Serviço de Pronto Atendimento Alvorada - SPA ALVORADA.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Antônio Carlos Carneiro da Silva Nossa (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1346/2019-DMP, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Serviço de Pronto Atendimento Alvorada - SPA ALVORADA. Exercício de 2016.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Antônio Carlos Carneiro da Silva Nossa**, Diretor Geral do Serviço de Pronto Atendimento da Alvorada (SPA Alvorada) à época, no período de 01/01/2016 a 31/12/2016, com fundamento no art. 1.º, inciso II e art. 22, inciso II da Lei nº 2.423/96, c/c art. 5º, inciso II e art. 188, § 1º, inciso II da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Antônio Carlos Carneiro da Silva Nossa** no valor de **R\$ 3.000,00** (três mil reais), com fulcro no art. 53, parágrafo único, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, VII da Resolução nº 04/2002, pela impropriedade I, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

**ACÓRDÃO Nº381/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.3. Determinar** ao DEREDE que **a instaure a cobrança executiva no caso de não recolhimento dos valores das condenações**, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n. 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução 04/02;
- 10.4. Determinar** ao Órgão de origem que nas futuras prorrogações da vigência de contratos, proceda com observância aos requisitos previstos em lei e que reste comprovado a vantajosidade do mesmo, conforme preceitua o art. 57, II da Lei 8666/93;
- 10.5. Dar ciência** ao **Sr. Antônio Carlos Carneiro da Silva Nossa** sobre o deslinde deste feito.

**11- Ata:** 14ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 14 de Maio de 2019.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**

Auditor-Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**

Procurador-Geral